

companhia de saneamento básico do estado de são paulo

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
111343/02-1



COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRC nº 35.3000.1683-1
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 3.403.688.565,23

**EXTRATO DE ATA DA QÜINGENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA SEXTA
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

I. Data, Hora e Local: 07 de março de 2002, às 9:00 horas, na sede social da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, à Rua Costa Carvalho, n.º 300, no Bairro de Pinheiros, Capital. **II. Presença:** Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente, Ariovaldo Carmignani, Vice-Presidente, Andrea Sandro Calabi, Gustavo de Sá e Silva, Fernando Maida Dall'Acqua, Fernando Carvalho Braga, Sebastião Soares de Farias, Conselheiros. **III. Composição da Mesa:** Secretário: Ariovaldo Carmignani. **IV. Ordem do Dia:** O Senhor Presidente expôs que a presente reunião entre outros assuntos tratou de: exame, discussão e votação da proposta da Diretoria referida na Deliberação de Diretoria DD nº 0052/2002, de 5 de março de 2002 acerca das seguintes condições relativas à 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia (respectivamente, a "5ª Emissão" e as "Debêntures"), autorizada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 25 de fevereiro de 2002 (a "AGE"): 1) Condições de remuneração das Debêntures; 2) Condições de amortização e de pagamento das parcelas de remuneração das Debêntures; 3) Condições de colocação e mercado de negociação das Debêntures; 4) Forma e condições de subscrição e integralização das Debêntures; 5) Data e condições de repactuação das Debêntures; 6) Condições para aquisição facultativa e resgate

antecipado das Debêntures; 7) Hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures; e 8) Local de pagamento aos debenturistas da 5ª Emissão; V. **Deliberações:** colocados em discussão os itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram aprovar, por unanimidade, com base nos poderes outorgados pela AGE ao Conselho de Administração, o quanto segue: 1) Condições de remuneração das Debêntures: 1. *Remuneração das Debêntures da 1ª Série.* A partir de 1º de abril de 2002 (a “Data de Emissão”), as Debêntures da 1ª série da 5ª Emissão farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (a “CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida de *spread* a ser determinado em processo de *bookbuilding* (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da 1ª Série ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo. A Remuneração da 1ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^f (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde: J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização. VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, no início do Período de Capitalização. $\prod_{i=1}^f (FI_i)$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f. f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização. FI_i = fatores de remuneração verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, obtidos da seguinte fórmula (I), abaixo. S = fator de *spread* calculado conforme a fórmula (II), abaixo.

$$FI = \left[\left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right] \quad (I)$$

onde: DI = Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano. dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right] \quad (II)$$

onde: s = acréscimo sobre a Taxa DI, expresso na forma percentual ao ano. du = número de dias úteis do Período de Capitalização. (a) A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP. (b) Para o primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme abaixo definido) da 1ª Série, a Remuneração da 1ª Série será estabelecida por meio de procedimento de *bookbuilding*, devendo ser aprovada pelo Conselho de

Administração da Emissora, em reunião cuja Ata deverá ser publicada em até 05 (cinco) dias úteis após sua determinação, sendo que a Remuneração da 1ª Série deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures. (c) Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série. (d) No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 1ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da n.º 6404/1976), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração da 1ª Série das Debêntures a ser proposto pela Emissora. (e) Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30

(trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do spread estabelecido no caput deste artigo 1.1.; ou (ii) Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 2 abaixo, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias. 1.2. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão farão jus à seguinte remuneração (a “Remuneração da 2ª Série” e, quando designada em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”) 1.2.1. Atualização: As Debêntures da 2ª série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde: VNa é o Valor Nominal Unitário atualizado; VNe é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário; IGP-M₀ é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização; IGP-M₁ é o valor do IGP-M do mês de início de atualização; IGP-M₂ é o valor do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização; IGP-M_n é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do IGP-M do mês de atualização; IGP-M_{n-1} é o valor do IGP-M do mês anterior ao mês “n”; dcp é o número de dias corridos da última data-base até a data de atualização; dct é o número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base. (a) O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. (b) A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à escritura da 5ª Emissão ou qualquer outra formalidade. (c) Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série. (d) No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por

mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei n.º 6.404/1976), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora. (e) Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescidas de juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 1.2.2.; ou (ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a próxima repactuação

das condições das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 2 abaixo, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. 1.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures da 2ª série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa ao ano, a ser determinada com base em processo de *bookbuilding* e aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, devidamente atualizado, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração da 2ª Série devida ao final do Período de Capitalização, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde: J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização; VNa = o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série na data de início de cada Período de Capitalização; b = taxa a ser fixada em processo de *bookbuilding*; n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização, 1.3. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização": 1.3.1. para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da

Remuneração imediatamente anterior inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive, e 1.3.2. para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

1.4. “Período de Vigência da Remuneração” significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de outubro de 2003.

2. Condições de amortização e de pagamento das parcelas de remuneração das Debêntures: 2.1. Amortização: as Debêntures serão amortizadas em três parcelas, da seguinte forma: (a) da 1ª Série: (i) 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário em 1º de abril de 2005, (ii) 50% (cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2006, e (iii) o saldo do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2007. (b) da 2ª Série: (i) 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de abril de 2005, (ii) 50% (cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de abril de 2006, e (iii) o saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 1º de março de 2007.

2.2. As condições de amortização constantes do item 2.1. acima poderão ser modificadas pela Emissora nas repactuações a que se refere no item 5 abaixo.

2.3. Pagamento da Remuneração da 1ª Série: Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos trimestralmente, sempre no dia

primeiro dos meses de julho, outubro, janeiro e abril de cada ano, com exceção do último pagamento da Remuneração da 1ª Série, que ocorrerá no dia 1º de março de 2007.

2.4. Pagamento da Remuneração da 2ª Série: Os valores relativos aos Juros Remuneratórios que compõem a Remuneração da 2ª Série deverão ser pagos anualmente, sempre no dia primeiro do mês de abril de cada ano, com exceção do último pagamento da Remuneração da 2ª Série, que ocorrerá no dia 1º de março de 2007.

3. Forma e condições de colocação e mercado de negociação das Debêntures: 3.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos bancos coordenadores da 5ª Emissão que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

3.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP (o "CETIP"); e (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da BOVESPA, ficando custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

4. Condições de subscrição e integralização das Debêntures: 4.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na escritura da 5ª Emissão. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 2ª Série, não haja divulgação do IGP-M, será utilizado, para cálculo da atualização do

Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, o último IGP-M oficialmente divulgado. 5. Data e condições de repactuação das Debêntures: 5.1. As Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série serão sujeitas a repactuação, sendo a primeira realizada em 1º de outubro de 2003. O Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série, a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração, assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora por intermédio de publicação, conforme procedimento estabelecido na escritura da 5ª Emissão, informando: (a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; (b) as condições da Remuneração a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; e (c) as condições de amortização aplicáveis durante o próximo Período de Vigência da Remuneração, que poderão ser alteradas de suas condições iniciais. 5.2. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo ora estabelecido, os Debenturistas poderão, observado o procedimento estabelecido na escritura da 5ª Emissão, manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Companhia. 5.3. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições aplicáveis às Debêntures durante o próximo Período de Vigência da Remuneração. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor

Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, definida para o período vencido. 5.4. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item 5 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. 5.4.1. A Emissora obriga-se também a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento dos respectivos Períodos de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora na respectiva repactuação da 5ª Emissão. 6. Forma de aquisição e resgate antecipado das Debêntures: 6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série da 5ª Emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas nos termos deste item 6.1. poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. 6.2. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data: (i) da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração e (ii) de prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida à data do resgate. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei n.º 6.404/1976 e poderá ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário. Não haverá resgate antecipado

pela Emissora das Debêntures da 2ª Série. 7. Hipóteses de vencimento antecipado:

7.1. Serão considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da 5ª Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado de cada Debênture, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Emissora, quaisquer das seguintes ocorrências: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência; b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação decorrente da escritura da 5ª Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária; c) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, bem como quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na escritura da 5ª Emissão; d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da 5ª Emissão; (e) Alteração do Controle Acionário da Emissora sem que tenham sido previamente constituídas garantias adicionais às Debêntures, na forma que vier a ser acordado entre a Emissora e os Debenturistas A obrigação a que se refere este subitem (e)

deverá constar de eventual edital de transferência do controle da Emissora ou documento equivalente. Para efeito do disposto neste subitem, uma “Alteração do Controle Acionário” ocorrerá caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto do capital da Emissora mais uma ação com direito a voto; (f) privatização, liquidação, dissolução, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura da 5ª Emissão; (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que tenha(m) sido responsável(is), isoladamente ou em conjunto, e que venham, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures representar um valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita operacional líquida da Emissora; e (h) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou declaração de falência da Emissora. 7.2. A escritura da 5ª Emissão fixará os procedimentos a serem adotados na ocorrência de um evento de vencimento antecipado. 8) Local de pagamento aos debenturistas da 5ª Emissão: 8.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND ou (iii) para os titulares de Debêntures da 5ª Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da 5ª Emissão. **VI. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mauro

Guilherme Jardim Arce, Presidente, Ariovaldo Carmignani, Vice-Presidente, Andrea Sandro Calabi, Gustavo de Sá e Silva. Certifico que o presente extrato é cópia fiel da Ata da 556ª Reunião do Conselho de Administração lavrada em livro próprio.

São Paulo, 07 de março de 2002.


ARIOVALDO CARMIGNANI
Vice-Presidente do Conselho de Administração
/ics

